

A INTERPRETAÇÃO DAS ANÁFORAS INDIRETAS E ASSOCIATIVAS: OS NÍVEIS DE INFERÊNCIA E A TEORIA DA ACESSIBILIDADE.

Antonia Suele de Souza Alves – UFC

0 Introdução

Os termos anáfora indireta e anáfora associativa têm sido tema de muitas discussões no campo de referência da Linguística Textual; suas definições têm gerado alguns conflitos conceituais pertinentes e, por isso, frequentemente surgem pesquisas que as utilizam como objeto.

Neste artigo, abordaremos as anáforas indiretas e associativas no tocante a sua interpretação, ou seja, nos deteremos nos processos que possibilitam o acesso, ou simplesmente a busca, ao referente. Utilizaremos como base teórica a Teoria da Acessibilidade, de Ariel (1996), por considerarmos o aspecto cognitivo do processo anafórico o mais relevante para embasar a tese que apresentaremos a seguir. Deixamos claro, também, que os aspectos situacionais, sociais e interacionais são fundamentais para a realização de uma anáfora, mas não os abordaremos aqui.

Essa abordagem teórica nos levará a refletir sobre os níveis de inferência utilizados para a interpretação das anáforas indiretas e associativas e nos ajudará a compreender que os processos inferenciais são os mesmos, o que os diferencia são os níveis de acessibilidade, podendo o referente ser mais ou menos acessível de acordo com os recursos cognitivos envolvidos para a interpretação das anáforas.

Daremos ênfase, então, aos processos inferenciais, tentando elaborar a tese de que, para nós, não há uma classificação bipolar de anáfora indireta e anáfora associativa, o que ocorre nas diferentes formas existentes de tais expressões anafóricas são níveis diferentes de inferência, estabelecendo, de acordo com o percurso cognitivo feito para a interpretação da anáfora, uma escalaridade, e não uma distinção, como até então, foi observado na literatura consultada para a elaboração deste artigo.

1. Pressupostos teóricos

A proposta dos estudos de Referência é um dos campos de investigação da Linguística Textual que lidam com seus aspectos sociais e cognitivos. Enquanto o social analisa os referentes lingüísticos do ponto de vista da Pragmática, o cognitivo afirma que os interlocutores selecionam formas de atuar sobre a produção e recepção de textos, utilizando conhecimentos prévios.

O presente trabalho foi motivado pela análise de diferentes estudos a respeito de anáforas. Uma abordagem deste assunto encontra-se na função anafórica que essas expressões podem assumir. Podemos observar um vasto estudo na área de referência sobre as anáforas e seus diversos tipos. Atentamos aqui para o fato de que a anáfora, termo etimologicamente associado à idéia de "repetição", constitui um mecanismo de relação entre um elemento que exige saturação referencial, denominado "elemento anafórico", "expressão anafórica" ou simplesmente "anafórico", e um elemento antecedente, que nem sempre é uma expressão explícita ou pontual do contexto precedente, que fornece as condições para que essa saturação seja satisfeita. Desse modo, toda anáfora implica uma atividade de remissão, já que nesse mecanismo está em jogo um ato de "apontamento" para um elemento, normalmente presente no contexto, e possivelmente de retomada, uma vez que, havendo ou não identidade material entre os elementos envolvidos, a anáfora é, em geral, responsável pela continuidade referencial. No entanto, isso não significa que a anáfora se limite a funcionar como um mecanismo de manutenção ou conservação referencial; ela constitui também um poderoso recurso de progressão discursiva, pois, ao mesmo tempo em que remete e/ou retoma, opera uma progressão referencial, estando assim, indissociavelmente ligada à dinâmica textual-discursiva.

Na sua atividade de remeter, o elemento anafórico reativa objetos-de-discurso introduzidos anteriormente, como é o caso da anáfora direta, ou ativa um novo objeto de discurso, cuja interpretação é dependente de dados introduzidos anteriormente, o caso da anáfora indireta.

Não está nos interesses centrais deste estudo tratar das anáforas diretas, mas mostraremos sua definição a fim de diferenciá-las das anáforas indiretas. De maneira geral, postula-se, numa perspectiva mais tradicional do fenômeno, que as anáforas diretas retomam referentes previamente introduzidos, ou seja, estabelecem uma relação de correferência entre o elemento anafórico e seu antecedente. Há uma equivalência semântica e uma identidade referencial entre a anáfora e seu antecedente. Em outras palavras, a anáfora direta constitui uma forma de substituto do elemento por ela retomado. Desse modo, aspectos gramaticais, tais como concordâncias de gênero e número, serão decisivos em muitos casos, principalmente quando houver mais de uma opção de antecedente referencial. Assim, a visão clássica da anáfora direta se dá com base na noção de que a anáfora é um processo de reativação de referentes prévios, mas fundada em restrições de natureza formal.

A definição clássica da anáfora direta não considera o problema da referenciação textual em toda a sua complexidade, pois nem sempre existe congruência morfossintática entre a anáfora e seu antecedente; nem toda a anáfora recebe uma interpretação no contexto de uma atividade de simples atribuição de referente.

No caso das anáforas indiretas, observaremos algo ainda mais complexo porque o fenômeno depende de uma série de outras definições e distinções não bem firmadas. Primeiramente, devemos levar em consideração que estamos lidando com um alargamento considerável da noção de **anáfora** em relação ao que acabamos de ver nas anáforas diretas. E, por fim, consideraremos que os processos cognitivos e as estratégias inferenciais são decisivos na atividade de interpretação das expressões anafóricas.

Podemos dizer então que nas anáforas indiretas não ocorre uma *retomada de referentes*, mas sim uma *ativação de novos referentes* e elas possuem uma motivação ou ancoragem no universo textual. Desse modo, segundo Schwarz (2000, p.74), temos, como características das anáforas indiretas: a inexistência de uma expressão antecedente ou subsequente explícita para retomada e a presença de uma **âncora**¹, isto é, uma expressão ou contexto semântico de base decisivo para sua interpretação; a ausência de relação de correferência entre a *âncora* e a anáfora indireta, podendo ocorrer apenas uma estreita relação conceitual; a sua interpretação ocorre como a construção de um novo referente e não como uma busca ou reativação de elementos prévios por parte do receptor e, por último, sua realização se dá normalmente por elementos não-pronominais, sendo rara sua realização pronominal.

De uma forma geral, as anáforas indiretas evidenciam essencialmente três aspectos: a não-vinculação da anáfora com a correferencialidade; a não-vinculação da anáfora com a noção de retomada e a introdução de referente novo.

Uma outra definição que será pertinente para o nosso trabalho é a de anáfora associativa, que é geralmente definida como o termo que se refere a um objeto que, embora apresentado como conhecido, é novo no texto e que não foi, conseqüentemente, mencionado explicitamente no contexto anterior; pode também ser interpretada referencialmente somente em relação a dados introduzidos anteriormente no universo de discurso, propriedade que justifica o termo anáfora. Essa definição não impede, entretanto, que a anáfora associativa seja considerada de maneira muito diversificada pelos estudiosos do assunto. Várias opiniões se formaram a respeito do tema, por vezes, considerado um conceito único. Pode também aparecer na literatura como um subtipo da anáfora indireta, (Marcuschi, 2000). Além disso, trata-se de um tema interdisciplinar por excelência e, como tal, desperta a atenção de lingüistas, psicolingüistas, especialistas em inteligência artificial, dentre outros.

Sabemos que a *anáfora associativa* se caracteriza por uma relação indireta entre os objetos-de-discurso. Por relação indireta, entende-se o processo por meio do qual um elemento anafórico ativa um

¹ Adotaremos aqui a expressão '*âncora*', sugerida por Schwarz (2000, p.74), pois se apresenta melhor do que outras como '*gatilho*' que evoca inferências prospectivas; ou '*antecedente*', já que nem sempre vem antes; além disso, uma "*expressão-âncora*" ativa significados desencadeando inferências potenciais ou relações possíveis nem sempre lexicalizadas, mas situadas no texto.

objeto-de-discurso a partir de elementos discursivos sem que haja uma relação correferencial. Nos pressupostos teóricos dessa concepção, esse consenso, no entanto, é desestabilizado por divergências que concernem, principalmente, à abrangência das expressões *anáfora indireta* e *anáfora associativa* e à forma como se relacionam os elementos da expressão anafórica.

Segundo Marcuschi (2000a), as *anáforas associativas* são *parte substantiva das anáforas indiretas*, que constituem relações referenciais produzidas por sintagmas nominais definidos, verbos, adjetivos, pronomes ou até mesmo por orações que não retomam pontualmente ou explicitamente elementos anteriormente (ou posteriormente) presentes na superfície do texto. Tais anáforas ancoram em elementos do discurso, da situação cognitiva ou de outros para ativar ou introduzir um referente novo como se fosse dado.

A concepção de Marcuschi introduz um questionamento relevante no que diz respeito à relação entre anáfora indireta e a anáfora associativa, questionamentos que instigaram vários estudos sobre o assunto. Ao afirmar que as anáforas associativas são “*parte substantiva*” das anáforas indiretas, estamos dizendo que toda anáfora associativa é indireta, mas nem toda anáfora indireta é associativa. Desse modo, a anáfora indireta seria o fenômeno mais amplo, mais abrangente, do qual a anáfora associativa faria parte.

O autor que trabalhou este assunto de maneira mais aprofundada, foi Kleiber (2001, p.50), que, ao tratar da relação entre as entidades envolvidas na associação, diz haver apenas dois lados possíveis: ou se englobam as diversas relações que podem existir entre a entidade da expressão antecedente e a entidade da expressão anafórica dentro de um mesmo tipo associativo, com o direito de definir as anáforas associativas como anáforas indiretas; ou não se opera tal generalização, e então é legítimo definir as anáforas associativas como anáforas indiretas de um determinado tipo.

Para Kleiber, a anáfora associativa diferencia-se das anáforas indiretas ou inferenciais, como ele nomeia, por critérios formais e semânticos. Ela é um tipo de referência textual indireta, em que um novo referente é introduzido como um anafórico não *do*, mas *por meio do* referente de uma expressão antecedente. Ele aponta que a referência indireta não é específica da anáfora associativa, pois outras anáforas indiretas ou inferenciais são possíveis, como no exemplo:

“Jaime foi ao *teatro*. **Eles** estavam encenando Shakespeare”.

Esse caso é diferente de:

“Ele se abrigou sob *uma velha tília*. **O tronco** estava todo rachado”.

Apesar de as duas expressões anafóricas destacadas (**eles/o tronco**) introduzirem um novo referente e serem interpretadas por meio de outro referente mencionado na frase anterior (**o teatro/uma velha tília**), apenas o segundo caso constitui anáfora associativa. Segundo Kleiber (1999), isso se justifica por haver uma diferença significativa entre os exemplos: **uma velha tília/o tronco**, isso fornece uma informação sobre o estatuto da relação que liga as duas referências envolvidas: introduzir uma nova referência contida na expressão anafórica por meio de outra referência mencionada previamente implica que há algum tipo de relacionamento entre essas duas referências.

Com isso, Kleiber argumenta que não há relação associativa pertinente para as anáforas indiretas (assim como existe nas associativas, em que se percebe uma relação léxico-estereotípica), pois elas não estabelecem uma categoria homogênea. Além dos dois traços comuns de anáfora e de anáfora indireta (ou inferencial) que as reúnem, não há para elas um denominador associativo comum. Mas, segundo ele, isso não significa que não se possa reunir as anáforas indiretas (ou inferenciais) com base no seu caráter anafórico indireto. Essa classificação é cabível se quisermos estipular uma tipologia das anáforas. Desse modo, é inconcebível considerar que as anáforas indiretas assim agrupadas respondam também por um processo referencial idêntico baseado numa mesma relação associativa lógico-cognitiva.

Assim, podemos observar dois subconjuntos nas anáforas indiretas: um que é relativo às anáforas associativas, marcado por restrições semânticas e formais, e outro que engloba as outras anáforas indiretas, que não possuem essas restrições. No entanto, essa não é a opinião dos autores que vêem esse tipo de fenômeno com abrangência maior, como Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), Berrendonner e Reichler-Béguelin (1995) e Cornish (1996). Em estudo voltado para o sintagma nominal demonstrativo como elemento anafórico da anáfora associativa, Apothéloz e Reichler Béguelin (1999) afirmam que o essencial para a interpretação das expressões anafóricas consiste no processo de inferência, independente

de ser uma anáfora indireta ou associativa. Os autores aceitam geralmente que a interpretação de seqüências associativas repousa não somente sobre a informação prévia, mas também sobre a solicitação de conhecimento de mundo e de estereótipos culturais.

O breve passeio teórico que fizemos apenas mostrou, de forma simplificada, o atual estado desta questão, e nos possibilitou, também, a apreensão de três concepções mais relevantes: uma que considera a anáfora associativa um subtipo das anáforas indiretas; uma que tem por anáforas associativas apenas aquelas cuja interpretação é de natureza léxico-estereotípica; e outra que considera como associativas todas as expressões referenciais cuja interpretação é realizada a partir de processos inferenciais, tomando os dois termos praticamente como sinônimos.

É fato, então, que não há um consenso quando se quer encontrar o que diferencia a anáfora associativa no conjunto das anáforas indiretas. Cavalcante (2001) afirma que:

as anáforas associativas devem, de fato, constituir um subgrupo [das anáforas indiretas] que se caracteriza pela amarração lexical explícita entre dois sintagmas nominais unidos por traços de inclusão. No entanto, isso não significa a nosso ver, que esses tipos deixem de ancorar em valores conceituais, representados no conhecimento de mundo. (...) Desse modo, podemos afirmar, por outro viés, que tanto em anáforas associativas [...] quanto nas demais anáforas indiretas, do tipo conceitual [...] permanecem não somente os vínculos lexicais, como também o acionamento de representações no conhecimento de mundo compartilhado. O ponto de distinção seria apenas o grau de explicitude dos vínculos estritamente lexicais. Nos tipos associativos, os elementos lexicais que servem de fonte e o anafórico revelam relações inclusivas mais evidentes, ao passo que nos tipos conceituais essas relações (e outras mais), por não se explicitarem nos itens lexicais manifestados no contexto, requerem construções inferenciais mais elaboradas.

Permanecemos com a opinião de que não são fenômenos distintos (anáfora associativa e anáfora indireta), o que ocorre são diferentes níveis de acesso ao referente, ou antecedente, pois tendo como base as próprias definições dos autores já citados, podemos ver que o percurso cognitivo é o mesmo. Há um lugar de destaque para a noção de inferência nessas concepções, são procedimentos inferenciais que estabelecem a relação entre os dois termos de uma anáfora, seja ela indireta ou associativa. Observamos, porém, que ainda é necessário caracterizar melhor como se dão esses procedimentos inferenciais.

2. Teoria da Acessibilidade

Ariel aborda em seus trabalhos o aspecto cognitivo da referenciação. A autora, além de aprofundar a idéia givoniana sobre a relação entre nível de acessibilidade de referentes e formas referenciais, do ponto de vista cognitivo, introduz nos estudos sobre referência uma discussão importante sobre a noção de contexto. Ela discute a relação direta entre as formas referenciais e os tipos de contexto de onde se recuperam os referentes. Ariel (2001) defende a idéia principal da teoria da acessibilidade, que está também na base da maioria das propostas aqui já comentadas: as formas referenciais constituem instruções ao destinatário de como este deve recuperar da memória certa parte de uma determinada informação, indicando onde está o acesso dessa informação no discurso corrente. Essa função das expressões referenciais caracteriza-se por ser processual; a autora reconhece que a maioria das expressões referenciais portam, também, algum conteúdo conceitual, o qual também contribui para a identificação do referente.

Priorizando os aspectos cognitivos das operações referenciais, Ariel critica as teorias que associam a escolha das formas referenciais aos “lugares” de onde provém a base de conhecimentos relevantes para a identificação dos referentes (é o que vemos, por exemplo, na descrição de dêixis, de CAVALCANTE, 2000). Para Ariel, os falantes não orientam os destinatários para recuperarem os referentes pela alusão à

origem “geográfica” da base cognitiva, mas pela “sinalização”, através das formas referenciais, do grau de acessibilidade que atribuem a esses referentes.

Em sua teoria, Ariel (2001), ao afirmar que uma conjunção de informações de diversas fontes atuaria na identificação (ou criação) do referente, a autora propõe uma hierarquia entre as formas referenciais, que deriva da interação entre três critérios de codificação: a informatividade (nível de conteúdo informativo expresso pela forma frente ao referente pretendido); a rigidez (grau de unicidade com que o referente é determinado); e a atenuação (extensão formal da expressão referencial). Utilizando o princípio de acessibilidade cognitiva, segundo o qual entidades mentais mais acessíveis são recuperadas por formas menos informativas, menos rígidas e mais atenuadas e, por sua vez, referentes menos acessíveis, por formas mais informativas, mais rígidas e menos atenuadas, Ariel estabelece a seguinte escala de acessibilidade:

Nome pleno + modificador > nome pleno > descrição definida longa > descrição definida curta > último nome > primeiro nome > demonstrativo distante + modificador > demonstrativo próximo + modificador > demonstrativo distante + SN > demonstrativo próximo + SN > demonstrativo distante - SN > demonstrativo próximo - SN > pronome tônico + gesto > pronome tônico > pronome átono > pronome clítico > flexões de pessoa verbal > zero¹⁰⁸.

(ARIEL, 1996. p. 10).

Desse modo, o falante, preferivelmente, optaria pelo uso de um sintagma com a forma “Nome pleno + modificador” para referir-se a uma entidade que supostamente estivesse pouco acessível ao seu interlocutor, a fim de evitar alguma “incompreensão”. Ou seria também possível a esse mesmo falante optar pelo uso de uma expressão que oferecesse menos informação, como um pronome átono, para referir-se a um objeto que julgasse estar ocupando um alto grau de acessibilidade na mente do ouvinte/leitor.

Em Ariel (2001), confirmamos a idéia de que os graus de acessibilidade podem ser avaliados pelo falante como relativamente mais altos ou mais baixos, mas não em correspondência biunívoca com as expressões referenciais. Essa “relativização” dos níveis de acessibilidade imprime ao modelo em questão uma maior flexibilidade: os graus de acessibilidade são diferentes para cada indivíduo, sendo estabelecidos no momento da realização anafórica. A noção de acessibilidade é um “conceito complexo” (Ariel, 2001, p. 34) que envolve quatro fatores relacionados à saliência inerente à entidade (a presença física do objeto, por exemplo) e à unidade entre o antecedente e a anáfora (recentidade, frequência, topicidade). Reproduzimos, a seguir, o quadro de fatores organizado por Ariel:

Fatores que afetam o *status* de acessibilidade de um antecedente:

- a) Distância: A distância entre o antecedente e a anáfora;
- b) Competição: O número de competidores no papel de antecedente;
- c) Saliência: O antecedente ser um referente saliente, principalmente se é tópico ou não-tópico.
- d) Unidade: O antecedente estar ou não no mesmo *frame*/mundo/ponto de vista/segmento ou parágrafo que a anáfora.

(Adaptado de Ariel, 1990).

Todos esses fatores nos levam a considerar que, no tocante à realização da inferência nas anáforas indiretas ou associativas, não ocorre uma diferenciação, mas as inferências são feitas em diferentes níveis, que estabelecem uma escala. O fenômeno anafórico é o mesmo, sendo que nos níveis mais acessíveis, em que a busca pelo referente se faz de maneira menos elaborada, mais simplificada, encontram-se as denominadas anáforas associativas e, em um nível de acesso mais difícil ou com uma exigência de maior elaboração inferencial, estão as anáforas indiretas.

A escala proposta por Ariel (2001) mostra que no grau mais baixo, isto é, no grau de familiaridade mais fraca, encontram-se *os referentes inteiramente novos, não ligados ao contexto*, aqueles cuja existência é totalmente ignorada pelo parceiro, e *inteiramente novos ligados ao contexto*, aqueles ancorados pela intermediação de um determinante possessivo ou oração relativa.

Depois, seguem-se os *referentes inferíveis*, os *referentes conhecidos*, mas ainda não introduzidos e, finalmente, num grau de familiaridade elevada, os *referentes evocados*, isto é, presentes na consciência dos parceiros, seja porque já foram explicitamente mencionados, seja porque sua presença na situação lhes confere evidência perceptiva.

Essa noção de acessibilidade provém da hipótese de que o locutor, na atividade referencial, acomoda suas expressões à acessibilidade suposta dos referentes visados: quanto menos acessível o referente, maior será o conteúdo descritivo da expressão escolhida para designá-lo; inversamente, quanto mais acessível o referente, menor será o conteúdo descritivo necessário para a sua identificação. Isso evidencia, assim, a tese que pretendemos defender neste trabalho: as anáforas indiretas e as anáforas associativas não são fenômenos distintos, pois, ambas utilizam o processo de inferência para serem interpretadas, o que muda são os diferentes níveis inferenciais elaborados na busca do referente, que podem ser mais, ou menos, acessíveis de acordo com a complexidade do percurso cognitivo elaborado pelos interlocutores no momento da comunicação.

3. Alguns exemplos

Após a abordagem teórica, veremos agora exemplos de anáforas indiretas e de anáforas associativas, para observarmos na prática os diferentes níveis de inferência realizados na interpretação dessas anáforas.

Primeiro vejamos exemplos clássicos de anáforas associativas:

(1) “Não pegue a xícara amarela. A asa está quebrada.” (Cavalcante, 2003)

(2) “Entramos num vilarejo. A igreja estava situada no alto.” (Kleiber, 2001:263)

(3) “- A operação se passou bem. O operado e o cirurgião até mesmo brincaram juntos./ Houve um assassinato. O assassino foi rapidamente preso.” (Kleiber, 2001:324).

(4) “O carro tem a direção torta.” (Cavalcante, 2003).

Estes exemplos de anáforas associativas são classificados por Kleiber, respectivamente, como *meronímicas*, *actanciais*, *funcionais* e *locativas*. Ambos os exemplos possuem o acesso ao seu referente através de uma relação lexical de forma explícita no contexto anterior. Sendo este tipo de anáfora considerada de mais fácil acesso devido ao grau de proximidade com que as expressões anafóricas estão de seus antecedentes.

Agora, mostraremos exemplos clássicos de anáforas indiretas:

(5) Essa história começa com uma família que vai a uma ilha passar suas férias. /.../ Quando amanheceu eles foram ver como estava o barco, para ir embora e perceberam que o barco não estava lá. (Marcuschi, 2000).

(6) Ontem fomos a um restaurante. O garçom foi muito deselegante e arrogante. (Marcuschi, 2000).

(7) Eu queria fechar a porta quando Moretti saltou dos arbustos. Com o susto deixei cair as chaves. (Marcuschi, 2000).

Estes exemplos, embora tenham sido citados pelos autores como anáforas indiretas, possuem estreita semelhança com os exemplos citados para anáfora associativa, o que torna os dois conceitos ainda mais semelhantes. A diferença está na inexistência de uma expressão explícita para a retomada anafórica. Todavia, há a presença de uma expressão antecedente que é fundamental para a interpretação da anáfora indireta.

Desse modo, podemos considerar que o processo de inferência realizado para a interpretação das anáforas indiretas deve ser mais elaborado, ou de mais difícil acesso que o das anáforas associativas, o que não as distingue, mas as torna escalares.

Esses exemplos foram assim dispostos para nos levarem a uma reflexão sobre a diferenciação das anáforas. O que temos observado na literatura são diferentes formas de se estabelecer uma classificação que as diferencia, dando características diferentes, ou mesmo iguais, mas há sempre a tentativa de separá-las ou distingui-las. A pesquisa em andamento que deu origem a este artigo instigou-se nessa duplicidade de conceitos, que acabam encontrando seu ponto em comum quando os autores exemplificam o fenômeno. Nesta pesquisa, estamos considerando o fenômeno das anáforas indiretas como um só. As diferenças existem, mas elas ocorrem nos variados níveis de acesso ao referente.

Os aspectos cognitivos envolvidos no ato da inferência são complexos devido a sua relatividade. Essa inferência necessária à interpretação das anáforas depende de diversos fatores, como: conhecimento de mundo, conhecimento compartilhado, aspectos sociais, interacionais, dentre outros. O que queremos dizer é que um referente pode ser acessível para um falante, mas para outro falante da mesma língua, com todas as condições necessárias a interpretação, pode não ser.

A utilização da Teoria da acessibilidade foi uma forma de embasar algo que é visível apenas através da comparação dos exemplos adotados por diferentes autores, que abordam este assunto de maneira diferenciada.

Conclusão

A teoria da acessibilidade é bastante apropriada para demonstrar que as anáforas, sejam elas associativas ou indiretas, compartilham de várias características, sendo, neste artigo, considerada mais relevante a que considera os aspectos cognitivos. Dando ênfase ao processo inferencial realizado na interpretação dessas anáforas e confirmando que toda anáfora é inferencial, argumentamos que o que as diferencia são os níveis de inferência.

Quanto aos critérios conceituais para diferenciar a anáfora indireta da anáfora associativa, poderíamos discutir o que seria especificamente essa *relação associativa*, mas estas são reflexões futuras.

Referências

- ARIEL, M. **Linguistic marking of physical givenness**. In: *Second Colloquium on Deixis*. Nancy. 1996.
- _____. **Accessibility theory: an overview**. In: SANDERS T; SCHILPEROORD, J. E SPOOREN, W. *Text representation: linguistics and psycholinguistics aspects*. Amsterdam/Philadelphia:Benjamins. 2001, p. 29-89.
- APOTHÉLOZ, D. e D. DUBOIS. **Construction de la référence et stratégies de désignation**. In: BERRENDONNER, A. e M-J REICHLER-BÉGUELIN (eds). 1995.
- APOTHÉLOZ, D., REICHLER-BÉGUELIN, M-J. Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora. **Journal of Pragmatics**. 1999.
- CAVALCANTE, Mônica M. **Expressões indiciais e anáforas indiretas**./Comunicação apresentada no I Colóquio e IV Congresso Latino-Americano de Estudos do Discurso. Recife: UFPE, 2001/.
- CHAROLLES, M. **L'anaphore associative**. Problèmes de délimitation. In: *Verbum*, XIII, 1990.
- CORNISH, Francis. 'Antecedentless' anaphors: deixis, anaphora, or what? Some evidence from English and French. **Journal of Linguistics**. 1996.
- KLEIBER, G. **L'anaphore associative**. Paris. Presses Universitaires de France, 2001.
- KLEIBER, G. **Anaphores et pronoms**. Louvain-la-Neuve, Duculot. 1994.
- KLEIBER, G./ C. SCHNEDECKER / L. UJMA.1994. **"L'anaphore associative, d'une conception l'autre"**. In: Schnedecker, C. et alii (eds). 1991.
- MARCUSCHI, L.A. **Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras**. /Texto remetido para publicação nos anais do Congresso da CelSul. Curitiba, 2000.

- SCHIFFRIN, Deborah. 1990. **Between text and context:** Deixis, anaphora, and meaning of then. Text. 1990.
- SCHNEDECKER, C./ M. CHAROLLES / G. KLEIBER / J. DAVID (eds). 1994. **L'Anaphore Associative (Aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques)**. Paris: Klincksieck.
- SCHWARZ, M. **Indirekte Anaphern in Texten**. Tübingen: Niemeyer, 2000.